



Professora Joyce Lira

Direito Internacional Privado



Cartas Rogatórias

Cartas Rogatórias

“A carta rogatória é o meio clássico de obtenção da cooperação jurídica internacional de uma autoridade estrangeira, tendo em vista que é um instrumento que apresenta um **pedido de auxílio** oriundo de um Estado, *juízo rogante*, e destinado a outro, *juízo rogado*, para cumprimento. A autoridade rogada aplica a lei processual *lex fori*, ou seja, a sua norma nacional, quanto ao cumprimento das diligências solicitadas pelo juízo rogante.

Veja-se o novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015), já em vigor no Brasil, que possui normas referentes à carta rogatória e homologação de sentença estrangeiras (arts. 960 a 965). Destaca-se que o novo CPC confere à carta rogatória espaço menor que ela possuía anteriormente, pois prevê uma ampla utilização do **auxílio direto**, instrumento que se destina às medidas que não decorram diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira, e que devam ser submetidas a juízo de delibação no Brasil.

O novo CPC trouxe mudanças relevantes na matéria. O destaque é o capítulo dedicado exclusivamente à Cooperação Jurídica Internacional, consolidando as regras já existentes no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça acerca da homologação de decisões estrangeiras e da concessão de *exequatur* às cartas rogatórias (inseridas em seu bojo pela Emenda Regimental n. 18, de 2014, que revogou a antiga Resolução n. 9/2005), e regulando expressamente o auxílio direto.”

“Cumpre-nos também chamar atenção ao atual **Regimento Interno do STJ** no que tange ao procedimento de concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, conforme as disposições expressas dos **artigos 216-O a 216-X**, incluindo como critério de limitação a dignidade da pessoa humana, além dos já tradicionais soberania nacional e ordem pública.

As *decisões interlocutórias* (citações, avaliações, exames de livros, vistorias, oitivas de testemunhas, interrogatórios) não são homologáveis, pois não são decisões estrangeiras definitivas, tampouco são decisões não judiciais que pela lei brasileira teriam natureza jurisdicional (art. 961, § 1º, NCPC). Tais atos, contudo, não são indiferentes ao Direito brasileiro, posto que serão executados através da *carta rogatória* (art. 960, § 1º, NCPC).

A carta rogatória poderá ser ativa – quando expedida por juiz ou tribunal brasileiro a fim de ser cumprida por autoridade judiciária estrangeira – e passiva – quando emanada por juiz estrangeiro a autoridade brasileira.

Quando a carta rogatória deva ser cumprida no estrangeiro, esta deve ser redigida na língua da justiça rogada, princípio que admite exceções quando permitido por convenções ou tratados internacionais. Isto porque a transmissão e o cumprimento da carta rogatória são bastante simplificados pelos instrumentos internacionais que possuem a finalidade de cooperação internacional.

Cartas rogatórias ativas

“Na esfera cível, o direito brasileiro (art. 210 do CPC de 1973,⁷ sem correspondência exata no CPC de 2015) previa a realização de diligências no exterior por meio da carta rogatória ativa. O CPC de 1973 estabelecia que, quanto à admissibilidade e modo de cumprimento das cartas rogatórias, devia-se observar, em primeiro lugar, o disposto nas convenções internacionais. Somente no caso de não haver norma convencional serão aplicáveis as normas do Código de Processo Civil. Trata-se de hipótese de previsão expressa pelo legislador da prevalência do direito internacional sobre as regras domésticas (infraconstitucionais) a respeito do assunto.

Atualmente, mesmo sem previsão expressa a respeito, a regra é aplicável com fundamento no princípio da especialidade. Assim, inicialmente, há que se verificar se o país onde a diligência será efetivada é parte de algum tratado bilateral ou plurilateral em vigor no País. Havendo diploma internacional, segue-se o trâmite previsto no acordo; na sua ausência, o pedido será expedido por via diplomática.⁸

Em casos excepcionais, o Código prevê a citação ficta, por edital, de réu domiciliado no exterior em lugar certo e conhecido, se o país de seu domicílio não cumprir, como regra, cartas rogatórias provenientes do exterior. Nesse caso, será o réu citado por edital a ser publicado no Brasil e afixado na sede do juízo no Brasil, conforme dispõe o art. 256 do CPC (equivalente ao art. 231 do CPC revogado).”

“A carta rogatória a ser cumprida no Brasil – único meio admitido para citação de parte domiciliada no País nesses casos – necessita de *exequatur* do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme estabelece a alínea *i* do inciso I do artigo 105 da Carta Magna, inserida pela Emenda Constitucional n. 45, de 08 de dezembro de 2004. A concessão do *exequatur*, bem como a sua denegação, não faz coisa julgada, podendo vir a ser solicitada em novas situações.⁶

O artigo 36 do novo CPC prevê o processamento de carta rogatória oriunda da justiça estrangeira para ser cumprida no Brasil, nos seguintes termos: “O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal; § 1º A defesa restringir-se-á à discussão quanto ao atendimento dos requisitos para que o pronunciamento judicial estrangeiro produza efeitos no Brasil; § 2º Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira”.

O ritual seguido pela carta rogatória é o seguinte: o Ministério das Relações Exteriores a encaminha ao Ministério da Justiça, que a remete ao Presidente do STJ. Concedido o *exequatur*, essa autoridade a envia, por sua vez, à Justiça Federal, cabendo a juiz de primeiro grau seu cumprimento. Retorna, então, pelo mesmo caminho, quando o Ministério das Relações Exteriores a devolve finalmente à autoridade judiciária estrangeira, de onde a carta proveio.

A carta rogatória pode ser identificada como *comissão rogatória*. Em ordens jurídicas estrangeiras também é denominada *exhorto*, *comisión rogatoria*, *lettre rogatoire* ou *letter of request*, entre outros.”

Cartas rogatórias passivas: competência Interna para o *Exequatur*

“Em situação inversa, ou seja, quando a ação foi ajuizada perante a justiça estrangeira e a diligência efetivada no Brasil, o meio processual tradicional para que a justiça estrangeira solicite à autoridade judiciária brasileira a realização do ato em território nacional será a carta rogatória, salvo se houver lei ou tratado entre o Brasil e o país que requer a diligência prevendo outra forma de envio da solicitação.

Quanto à autoridade judiciária competente para conceder o *exequatur* às cartas rogatórias provenientes do exterior, há dois sistemas frequentemente utilizados. Pode-se adotar o sistema da autoridade única, com exame centralizado, ou o sistema descentralizado, no qual vários órgãos têm competência para analisar tais pedidos, como ocorre nos Estados Unidos e em outros países.

O Brasil sempre adotou essencialmente o critério da competência centralizada. Mais especificamente, a análise concentrava-se no órgão supremo do Judiciário: desde a Constituição de 1934 o STF foi a autoridade competente para conceder o *exequatur* a rogatórias estrangeiras.⁹ A regra prevaleceu por 70 anos, até que a Emenda Constitucional 45/2004 transferisse essa competência para o STJ.¹⁰”

“Ainda quanto à competência para apreciação dos pedidos, discute-se se tratado pode dispensar a submissão do pedido estrangeiro ao procedimento de *exequatur* perante o STJ. Em particular, são alvo de debate o art. 7º da Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias¹¹ e o art. 19 do Protocolo de Medidas Cautelares do MERCOSUL.¹²

Há quem sustente que a Constituição Federal estabelece uma regra geral de que toda sentença estrangeira e toda carta rogatória devem receber respectivamente a homologação e o *exequatur* do STJ. Trata-se, porém, de orientação equivocada, eis que a regra constitucional (art. 105, I, *i*, da CF) traduz uma norma de competência interna. Assim, aquelas sentenças que precisam ser homologadas e as rogatórias que necessitam receber o *exequatur* deverão recebê-los do STJ. Isso, contudo, não significa que todas as sentenças estrangeiras carecem de homologação, tampouco a concessão de *exequatur* a todas as rogatórias provenientes do exterior. Essa orientação, que aqui se defende como a melhor, está expressamente retratada no CPC de 2015.¹³”

“O art. 211 do CPC de 1973 silenciava sobre a concessão de *exequatur* a cartas rogatórias passivas, remetendo o assunto ao Regimento Interno do STF. Tendo em vista as alterações promovidas pela Emenda nº 45/2004, a matéria passou a ser regida pela Resolução nº 9 do STJ e, posteriormente, pelo Regimento Interno do STJ (arts. 216-O a 216-X). O CPC de 2015 passou a determinar os requisitos para a concessão do *exequatur*, suprimindo a remissão feita ao Regimento Interno. O art. 36 do CPC de 2015 manteve o sistema de contenciosidade limitada, de forma ainda mais óbvia, inadmitindo qualquer análise de mérito do pronunciamento judicial estrangeiro. Por sua vez, o art. 39 do CPC de 2015 reproduziu a exigência da conformidade com a ordem pública brasileira.

Ademais, aplicam-se os arts. 12 e 17 da Lei de Introdução. A rogatória estrangeira, como regra, deve receber o *exequatur* (art. 12), que somente pode ser negado no caso de a diligência solicitada ferir a ordem pública (art. 17).

Justifica-se a presunção de que a rogatória deve ser cumprida em face do princípio de que os Estados devem cooperar entre si. Dessa forma, a autorização para o cumprimento no Brasil da diligência pedida só deve ser negada em situações graves, pois indeferir o *exequatur* significa, em última análise, dificultar o exercício de jurisdição pelo país estrangeiro.¹⁴ Ou seja, se o Brasil nega a possibilidade de se realizar a citação do réu que reside no país, de se ouvir determinada testemunha ou perito que está aqui residindo, o Estado estrangeiro terá dificuldades de exercer a sua jurisdição no processo que tramita em seu foro ou a exercerá com falhas.”

“O interessado em que não se cumpra a diligência não poderá suscitar questões de mérito da ação que tramita no exterior, pois só a Justiça estrangeira deve apreciar tais questões (Regimento Interno do STJ, art. 216-Q, § 2º).¹⁵ O STJ examinará apenas a autenticidade da rogatória e se a diligência a ser realizada no Brasil atenta contra a soberania ou a ordem pública nacionais. Desse modo, a rigor, ainda que o conteúdo da ação que tramita no exterior fira a ordem pública brasileira, se a diligência a ser cumprida no país é medida cujo atendimento em si não fere a sua ordem pública, o *exequatur* deve ser concedido.¹⁶ Ou seja: o óbice da ordem pública deve se limitar ao contexto da diligência solicitada. No Brasil, tal sistema tem sido chamado de sistema de contenciosidade limitada, que, ao menos em tese, prevalece desde a época da competência do STF.¹⁷

Todavia, a despeito dessa orientação, nem sempre a jurisprudência tem seguido esse caminho nos casos concretos, por vezes examinando o mérito da ação que foi ajuizada alhures. Reiterados precedentes do STF negavam *exequatur* a pedidos de citação de réus (domiciliados no Brasil) em ação de cobrança de dívida de jogo, sob o fundamento de violação da ordem pública.¹⁸ A incoerência é flagrante: se, de um lado, diz-se prevalecer entre nós o sistema de contenciosidade limitada – sem exame do mérito da ação em curso no exterior –, de outro, na prática, examinava-se o mérito, impedindo a citação naqueles casos em que a ação no exterior feria a nossa ordem pública.”